

Duas chapas concorrem à direção do Sisejufe para o triênio 2011-2014

Prazo de inscrição foi encerrado às 18h de sexta-feira, 27 de maio, com registro da chapa de situação Mais Sisejufe (Chapa 1) e de oposição Mudar para Conquistar (Chapa 2)

O Sisejufe atingiu em 15 de abril, a marca histórica de 5 mil filiados. O estatuto do sindicato, no entanto, estabelece que os filiados aptos a votar devem ter se sindicalizado até 120 dias antes do pleito – ou seja, 5 de abril. Portanto, nas eleições para o triênio 2011-2014, que acontecerão de 2 a 4 de agosto de 2011, exatos 4.952 sindicalizados estão aptos a votar. Na assembleia de prestação de contas e planejamento financeiro de 2011, ocorrida em 24 de março, a categoria aprovou um orçamento de R\$ 100 mil para a maior eleição já realizada para a escolha da diretoria do Sisejufe, em seus quase 22 anos.

O desafio para o Sisejufe é aumentar o processo de interiorização da eleição ampliando o número de sindicalizados votantes. Para isso, em vez de 12 urnas itinerantes (como aconteceu nas eleições de 2008) teremos, em agosto, 15 urnas itinerantes. Na cidade do Rio de Janeiro, a votação acontecerá, pela segunda vez na história, em urnas eletrônicas. Há também as chamadas urnas híbridas – que são urnas de lona, com votos em cédulas, que terão uma base mas que poderão circular em outros setores do Judiciário Federal. Outra novidade é que o Sisejufe vai estender o uso de urnas eletrônicas para as cidades de Niterói e Campos dos Goytacazes. A Comissão Eleitoral, eleita em assembleia geral específica, traba-

lha com total autonomia da atual direção sindical para garantir lisura e transparência ao pleito. Cada urna que sair da sede do sindicato para o seu local de destino, terá que ter a liberação de um profissional do TRE, dos fiscais de cada chapa inscrita e do mesário responsável.

Todos os mesários, recrutados entre ativistas sindicais com experiência em disputas eleitorais, vão receber diárias pagas pelo Sisejufe. O recrutamento será discutido e autorizado pela Comissão Eleitoral. O diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, explica que está sendo montada a logística de transporte para as eleições – que incluem combustível, aluguel de automóveis, táxis etc. “A gente faz uma eleição democrática na qual garantimos o voto de todos os filiados porque fazer um pleito limpo e transparente é um princípio político da CUT do qual não abrimos mão. Garantimos a plena presença de fiscalização a cada momento do processo eleitoral. Na última eleição, por exemplo, tivemos em todo o estado do Rio apenas uma urna impugnada (de cédulas de papel) por problemas de assinaturas de mesário – e que atingiu menos de 1% dos votos”, explica Ponciano.

“Não somos donos do sindicato. Nós fomos eleitos. Se a chapa da atual direção não tiver a maioria, somos democratas. O sindicato é a representação legal da categoria e uma eleição limpa e transparente é um dever para a gente”, afirma Ponciano. Ele lembra que uma prática das últimas gestões já está consolidada: a de abrir o mesmo espaço para os concorrentes no jornal do sindicato. “É normal, em eleições, lidarmos com denúncias de aparelhamento ou uso de máquina. Acontece que sempre estivemos de portas abertas para qualquer observador externo – como aconteceu na eleição passada, quando dirigentes nacionais ligados à chapa de oposição vieram para o Rio acompanhar o processo eleitoral e não constataram nada de errado. A própria oposição, após o pleito, reconheceu a lisura do processo”, lembra Ponciano.



Foto: Henri Figueiredo

Petrópolis, 17 de maio: diretores sindicais Ricardo de Azevedo Soares e Roberto Ponciano em ato contra o assédio moral de magistrada do TRT. Saiba detalhes em reportagem nas páginas centrais

Rio de Janeiro recebe a 16ª Plenária da Fenajufe

De 3 a 5 de junho, o Rio de Janeiro recebe a 16ª Plenária Nacional da Fenajufe, a segunda mais importante instância deliberativa da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Com os temas “Aprovação do PCS já!” e “Contra a retirada de direitos”, o encontro vai reunir

delegações de 25 estados e do DF, com 176 delegados e delegadas e 78 observadores e observadoras credenciados – todos comprometidos em estabelecer as diretrizes da luta sindical da categoria, em âmbito nacional, pelo próximo ano. A 16ª Plenária acontece no Windsor Guanabara Hotel (avenida Presidente

Vargas 392, esquina com avenida Rio Branco). A categoria do Rio de Janeiro estará forte na 16ª Plenária Nacional da Fenajufe. No dia 11 de maio, cerca de duzentos servidores e servidoras do Judiciário Federal participaram de assembleia, em frente à Justiça Federal da Avenida Rio Branco, para escolha da delegação fluminense que vai participar dos três dias de encontro. Em uma assembleia bastante concorrida, duas chapas disputaram as 12 vagas da delegação titular que a bancada fluminense tem direito, de acordo com os estatutos da Fenajufe. A chapa em favor da aprovação do PL 6613, encabeçada pela direção do Sisejufe, elegeu 9 delegados, enquanto a chapa do movimento pró-subsídio, levará 3 representantes à Plenária. Além dos delegados titulares, as chapas também disputaram as vagas de suplentes. Das seis cadeiras, cinco ficaram com os que defendem a aprovação do PL 6613. A outra chapa, pró-subsídio, ficou com apenas uma. A escolha dos delegados levou em conta a proporcionalidade baseada no número de servidores sindicalizados participantes na assembleia. Os suplentes serão credenciados como observadores – sem direito a voto, a menos, é claro, que substituam algum titular impedido de comparecer.

NOMINATAS

A Comissão Eleitoral informa que no próximo jornal Contraponto, de junho, serão divulgadas as nominatas das chapas concorrentes e que o período de campanha eleitoral já está aberto.

**Aprovação do PCS já!
Contra a retirada de direitos**

16ª

Plenária Nacional da FENAJUFE

3 a 5 de junho, no Rio de Janeiro

SISEJUFE Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Entidade anfitriã

Notas Sindicais

Movimento quer criação de comissão especial na Alerj

O Movimento de Inclusão Legal e Responsável (MIL), formado por pais de alunos com deficiência da rede pública de ensino, estiveram reunidos em 25 de maio, às 14h, no auditório do Sisejufe, para discutir e organizar estratégias para pressionar deputados estaduais a criar Comissão Especial na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) para acompanhar e fiscalizar as políticas públicas para Educação Especial do governo estadual e das prefeituras fluminenses. Por meio do Núcleo de Pessoas com Deficiência, o Sisejufe tem apoiado o movimento MIL e discutido a decisão de acabar com as escolas de educação especial no estado.

Para o movimento, a decisão de inclusão automática dos alunos com deficiência em turmas regulares até 2011 não tem embasamento pedagógico e não promove a inclusão das crianças com deficiência de forma responsável e adequada. “O processo de educação não se resume a criança estar em sala de aula. Ela tem que ter a capacidade de trocar experiências e interagir com os colegas de classe e professores. Não é só adquirir conhecimento, mas desenvolver uma identidade”, disse o servidor do Judiciário Federal Mário César Pacheco, que trabalha como voluntário na organização do MIL.

Os pais de alunos com deficiência da rede estadual de ensino exigem a criação de um projeto de educação inclusiva, em que as crianças tenham acompanhamento psicopedagógico adequado com profissionais. “Não existe um curso universitário que tenha capacitado os professores para dar aulas em uma sala mista. Os professores não estão preparados. E o atual projeto da Secretaria de Educação não faz qualquer menção de acompanhamento”, conclui Mário César Pacheco. [Da Redação]

Núcleo realiza debate sobre Educação Inclusiva e contra fechamento do IBC e Ines

O Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe realiza no dia 31 de maio, às 19h, o “Debate sobre Educação Inclusiva e a situação do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos no cenário brasileiro”. O evento dará prosseguimento à luta, iniciada em meados de março,

contra a proposta do Ministério da Educação de fechar o Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Vão participar do debate, representantes do ministério, a chefe de gabinete do IBC Maria da Glória Almeida, entre outros. O debate, que conta com apoio da Associação de Ex-Alunos do IBC, acontece no auditório do sindicato, que fica na Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar. [Da Redação]

Sindicato fez manifestação pelo PCS em frente ao TRT da Lavradio

Concluindo o calendário de manifestações pela aprovação do PL 6.613/2009, a direção do Sisejufe fez ato público nesta quarta-feira, 25 de maio, em frente ao prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da rua do Lavradio, no Centro. Diretores do sindicato e da Fenajufe convocaram a categoria para a retomada da mobilização com vistas a decretação de uma greve nas próximas semanas, com objetivo de pressionar o Congresso e o governo a aprovarem o PCS dos servidores do Judiciário Federal.

No 1º dia de greve no DF, manifestação chega aos ouvidos de Dilma

Foi com muita agitação, apitos, buzinas, panelas, bandeiras e garra que os servidores do Judiciário e MPU participaram do primeiro dia de greve por tempo indeterminado e chamaram a atenção da presidenta da República, Dilma Rousseff. A categoria se reuniu na última terça-feira, 24 de maio, na Praça dos Três Poderes e protestou em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Palácio do Planalto. A manifestação começou em frente ao prédio do Supremo onde ficam localizados os gabinetes dos 11 ministros. Em seguida o grupo se dirigiu ao Palácio do Planalto, cruzou a avenida, e chegou aos pés da rampa. Mais do que isso, o grupo chamou a atenção da presidente Dilma que estava no segundo andar do Palácio no momento da manifestação. “Se nossa luta é para chamar a atenção da sociedade, das autoridades do judiciário e do Governo Federal, em especial do ministro Cezar Peluso, que não honra o compromisso feito conosco, e da presidenta Dilma, que é uma sequência do Governo anterior e também não está honrando o compromisso feito conosco, nós conseguimos”, avaliou o coordena-

dor-geral do Sindjus, Berilo Leão. [Fonte: Sindjus-DF]

Manifestantes fazem marcha contra homofobia

Em mais uma ação contra a discriminação, a Secretaria de Políticas Sociais e o Coletivo da Diversidade Social da CUT, juntamente com diversos movimentos sociais, participaram em 18 de maio, da 2ª Marcha Nacional contra Homofobia e pela Aprovação do PLC 122/06, em Brasília, principal bandeira este ano do movimento. O Projeto de Lei Complementar 122, que tramita no Senado, criminaliza a homofobia e, se aprovado, punirá na forma da lei os crimes resultantes de discriminação e preconceito.

A concentração foi às 9h na Esplanada dos Ministérios, em frente à Catedral Metropolitana de Brasília. A marcha também foi marcada pelo I Grito Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia. O evento é organizado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Esse ano, a passeata ocorreu um dia após 17 de maio, data em que se celebra o Dia Mundial e Nacional Contra a Homofobia. [CUT Nacional]

ESCLARECIMENTO

Na edição passada do Contraponto (nº 37) à página 4, o último parágrafo da matéria “Mais de 300 manifestantes protestam contra o fechamento do IBC e do Ines”, saiu truncado. Naquele trecho, reproduzimos um comentário do diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência, que agora reapresentamos com clareza: “A questão da segunda matrícula no Colégio Pedro II ou qualquer outra instituição de ensino é um total e completo absurdo, pois expõe a criança a um desgaste desumano e não funciona na prática. Enquanto uma criança sem deficiência, depois do colégio irá para casa brincar, jogar bola ou videogame, a criança deficiente visual ainda terá que enfrentar toda uma batalha de se chegar a outra instituição de ensino para obter conhecimentos que já lhe são dados em um único turno e de forma natural no IBC. Por que se destruir algo que está funcionando? Ser democrático é dar a opção de escolha à família de qual educação se deseja para seus filhos e para isso a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com deficiência, a qual o Brasil é signatário e aqui no território pátrio tem força de Constituição, já garante.”

Notas Jurídicas

Sisejufe protocola pedido de intervenção sobre quintos no STF

Diante da mudança de posição do STF sobre a admissão de recursos extraordinários com o objetivo de impugnar decisões que reconheceram o direito aos quintos por exercício de funções e cargos de confiança até vigência da MP 2225-45/2001, o sindicato protocolou em 11 de maio, pedido de intervenção no RE 638115, que tem por relator o Ministro Gilmar Mendes. A participação da entidade é pioneira e fundamental para evitar que a matéria encontre julgamento meramente político, eis que o mérito infraconstitucional já foi pacificado no Superior Tribunal de Justiça. Audiências, memoriais e a sustentação oral de advogado da assessoria jurídica do sindicato já estão programados como próximas etapas na luta por um direito já reconhecido aos servidores públicos federais, que agora sofre ameaça no STF.

Sindicato pede fixação de jornada de 6 horas

Com base em experiência bem sucedidas do STJ e do CJF, o Sisejufe protocolou em 13 de maio requerimento administrativo na Presidência do TRF da 2ª Região, cobrando fixação de jornada de 6 horas para servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau no estado. A matéria deve ser discutida pelo CJF e, se aprovada, permitirá que dois turnos, com grupos diferentes, acrescentem eficiência e maior tempo de atendimento ao jurisdicionado, superando o objetivo da Resolução 88/2010 do CNJ. Hoje, o TRF-2 abre das 9h até 18h, o que se coaduna com a nova jornada requerida pelo sindicato.

Oficiais de justiça devem agendar atendimento sobre desconto previdenciário sobre a GAE

O Departamento Jurídico do Sisejufe orienta aos oficiais de justiça a procurarem o setor para agendar horário com advogados da assessoria em Direito Funcional. O objetivo é que os servidores possam fazer parte de ação contra desconto da contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividade Externa (GAE). Os oficiais de justiça devem ligar para (21) 2215.2443. Ao comparecer, é preciso apresentar cópia da notificação do pretendido

desconto da contribuição (PSSS) sobre a “GAE fictícia”, a fim de evitar que ocorra o débito indevido.

A assessoria jurídica do sindicato suspendeu o desconto em vários processos judiciais contra a tentativa de outros tribunais. Agora, o sindicato antecipou-se às notificações no Rio e colherá as informações necessárias a uma medida preventiva, em requerimento protocolado em 4 de abril.

Matéria jornalística que apenas narra fatos não gera dano moral

A 5ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça confirmou sentença da comarca de Itapema (SC), que julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais ajuizado por Clóvis José da Rocha, contra o Jornal Independente Ltda. ME. Em juízo, Clóvis alegou que, na edição do dia 30 de julho de 2004, o periódico publicou vários artigos com expressões que denegriram sua imagem. O autor ressaltou que à época era prefeito da cidade e candidato à reeleição. Alegou que, na íntegra, a matéria trazia inúmeras injúrias e difamações, imputando à sua pessoa a prática de crime. Em sua defesa, a empresa afirmou que apenas cumpriu com suas obrigações jornalísticas. Inconformado com a decisão negativa de 1º grau, o ex-prefeito apelou para o TJ. Sustentou que o jornal teve, sim, a intenção de caluniar e difamar seu nome. Para o relator da matéria, os depoimentos colhidos nos autos e a matéria anexa comprovam que o jornal apenas narrou os fatos, sem acusar o demandante.

Fenajufe entrega memorial ao CNJ sobre processo sobre extinção do cargo de auxiliar

Os coordenadores da Fenajufe Zé Oliveira e Cleo Vieira se reuniram na tarde de quarta-feira, 25 de maio, no CNJ, com o conselheiro Milton Augusto de Brito Nóbrega, relator do processo que propõe a extinção do cargo de auxiliar judiciário no âmbito da JT. No encontro, eles entregaram um memorial, elaborado pela Federação, colocando algumas considerações importantes a respeito do assunto e solicitando que os conselheiros do CNJ rejeitem a proposta, de autoria do Conselho Superior da Justiça do (CSJT) e aprovada no pleno do TST. O mesmo memorial será enviado aos demais integrantes do CNJ.



SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLITICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima
ILUSTRAÇÃO: Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

SISEJUFÉ FINALIZA DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL PARA SERVIDORES FILIADOS

Justiça Federal

Sisejufe aguardava envio de dados pela JF e conta bancária do TRF para a devolução de sua parcela

O Sisejufe estava há semanas com os recursos disponibilizados para serem repassados aos servidores sindicalizados. A entidade aguardava apenas o recebimento dos dados da JF e do TRF. Como o Sisejufe divulga exaustivamente há vários anos, o sindicato é contrário à cobrança compulsória do imposto sindical. Juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendemos a proposta de se acabar com o imposto sindical obrigatório – que seria substituído por uma contribuição negociada com os trabalhadores de cada sindicato.

A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de março de cada ano. O art. 8º, IV, in fine, da Constituição da República prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, inde-

pendentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Nesse ano de 2011, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) conseguiu derrubar a liminar que tínhamos, e a cobrança do imposto sindical, que corresponde à remuneração de um dia de trabalho, descontado no mês de março, foi descontado de todos(as) os(as) servidores(as).

Deste modo, o Sisejufe se habilitou a receber a parte que lhe cabe deste imposto, para evitar que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ficasse com os recursos que seriam destinados ao Sisejufe. Desta forma, foi possível que a direção do sindicato devolvesse aos servidores sindicalizados a parte do imposto dirigida à entidade.

De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo.

Acordo com o TRF e a JF

O Sisejufe solicitou no mês de março aos Setores de Pagamentos do TRF e JF a listagem dos servidores sindicalizados, com o valor do desconto, e número de agência e conta bancária atualizada, para que pudéssemos

Na sexta-feira, 13 de maio de 2011, o Sisejufe finalizou o depósito da parcela que lhe cabia do imposto sindical para os servidores da Justiça Federal que são filiados ao sindicato – de acordo com o compromisso histórico do sindicato e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) sobre a questão. O Setor de Pagamentos da Justiça Federal enviou ao sindicato a listagem com nome completo, CPF e números de agência e conta dos servidores, na sexta-feira, dia 6 de maio. Durante toda a semana de 9 a 13 de maio, o Sisejufe tratou de efetivar as devoluções – os depósitos foram divididos por bancos e, ao longo da semana, totalizaram R\$ 235.934,18 devolvidos. Já para o TRF, o sindicato efetuou na segunda-feira, 16 de maio, o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), no valor de R\$ 90.509,85 – o acordo do Sisejufe com o tribunal foi de que o próprio TRF2 fará o repasse da devolução para os servidores, em folha de pagamento

depositar a devolução do valor recebido pelo sindicato, ou seja, 60% do que foi descontado.

O TRF achou mais adequado que o sindicato depositasse a parcela que lhe foi repassada do imposto sindical em sua conta bancária para, posteriormente, esses valores serem devolvidos aos sindicalizados por meio de uma folha de pagamento suplementar. O Departamento Administrativo do Sisejufe informa

que recebeu, na segunda semana de maio, a Guia de Recolhimento da União (GRU) do TRF2 no montante de R\$ 90.509,85 – valores que foram depositados na segunda-feira, dia 16 de maio. A partir disso, cabe ao TRF o repasse dos valores aos servidores sindicalizados.

Com relação à Justiça Federal, o combinado foi de que seria repassado ao Sisejufe a listagem completa dos servidores sindi-

calizados, valor do desconto, número da conta, agência e CPF, para que o sindicato fizesse o depósito de cada um. Foi inclusive feito informe aos servidores por correio eletrônico dando o prazo de 8 de abril para que se pronunciassem os que não quisessem seus dados informados ao sindicato. O Sisejufe recebeu os dados na sexta, 6 de maio. E finalizou uma semana depois, na sexta, 13 de maio, as devoluções.

Ministros da Quinta Turma do STJ consideram ilegal julgamento de juízes de primeira instância em auxílio aos TRFs

Os julgamentos com a participação de juízes de primeira instância que foram chamados para auxiliar os Tribunais Regionais Federais (TRFs) foram considerados ilegais. Três magistrados da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Gilson Dipp, Napoleão Maia Filho e Adilson Vieira Macabu – entenderam que os juízes convocados não podem atuar como julgadores, apesar de na Lei 9.788/1999, que reestruturou a Justiça Federal, haver a previsão de convo-

cação em situações de acúmulo de serviço.

“A convocação que a Lei Orgânica admite é apenas para substituição em férias ou afastamentos maiores de 30 dias, de tal sorte que a convocação para auxílio, necessariamente, exclui a participação desses convocados em sessão ou órgão de julgamento jurisdicional”, declarou o ministro Gilson Dipp.

O voto dos três juízes da Quinta Turma do STJ foram dados em julgamento de dois pedidos de habeas corpus impetrados contra decisões do

TRF da 1ª Região, em Brasília. O julgamento acabou suspenso devido ao pedido de vista da ministra Laurita Vaz. Os impetrantes pedem a declaração de nulidade dos julgamentos no TRF-1 porque deles participaram juízes federais de primeira instância cujo papel era prestar auxílio aos desembargadores. Um deles fora chamado para substituir férias de 30 dias e outro convocado ad referendum da corte especial – mas ainda não referendado.

Três dos cinco magistrados que compõem a Quinta Turma

do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consideraram ilegais os julgamentos de que participam juízes de primeira instância convocados para prestar auxílio nos Tribunais Regionais Federais (TRFs). A Lei n. 9.788/99, que reestruturou a Justiça Federal, prevê a convocação para casos de acúmulo de serviço, mas os ministros entenderam que, nessas situações, o juiz convocado não pode atuar como julgador.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) prevê substituição de juízes para casos em que houver vaga ou

afastamento de desembargadores, mas apenas por prazo superior a 30 dias e mediante aprovação do nome do juiz pela maioria absoluta do tribunal ou de sua corte especial.

De acordo com Dipp, a convocação para auxílio, prevista na Lei 9.788, mas não na Loman, “só pode ser entendida como auxílio administrativo não judicial”, jamais como convocação para substituição de desembargador da Justiça Federal. (Fonte: STJ)

Após denúncia de servidor, discriminação e assédio moral

Manifestação comandada pelo diretores sindicais Roberto Ponciano e Ricardo de Azevedo Soares, serviu a um só tempo como denúncia pública dos atos da magistrada titular da 2ª Vara do Trabalho de Petrópolis e desagravo a servidor cadeirante

Henri Figueiredo*

Por uma hora, do meio dia às 13h, de terça-feira, 17 de maio, a população de Petrópolis que transitou na Rua 16 de Março, em pleno Centro da Cidade Imperial, pôde acompanhar o ato público promovido pelo Sisejufe, com o apoio de diversas outras entidades da sociedade civil, contra o assédio moral e contra um ato discriminatório praticado pela juíza Evelyn Correa. A manifestação, comandada pelo diretores sindicais Roberto Ponciano e Ricardo de Azevedo Soares, serviu a um só tempo como denúncia pública dos atos da magistrada titular da 2ª Vara do Trabalho de Petrópolis e desagravo ao servidor Felipe Gonçalves, que é cadeirante – por esta situação Gonçalves foi chamado por Evelyn de “meio servidor”.

Por intermédio do Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato, cujo coordenador é Ricardo de Azevedo Soares, a diretoria sindical cobrou celeridade no andamento do processo disciplinar instaurado na Corregedoria do TRT do Rio de Janeiro. O processo apura a reclamação do servidor Felipe Gonçalves, lotado no foro de Petrópolis, contra a juíza Evelyn Correa, e foi protocolado na primeira semana de maio.

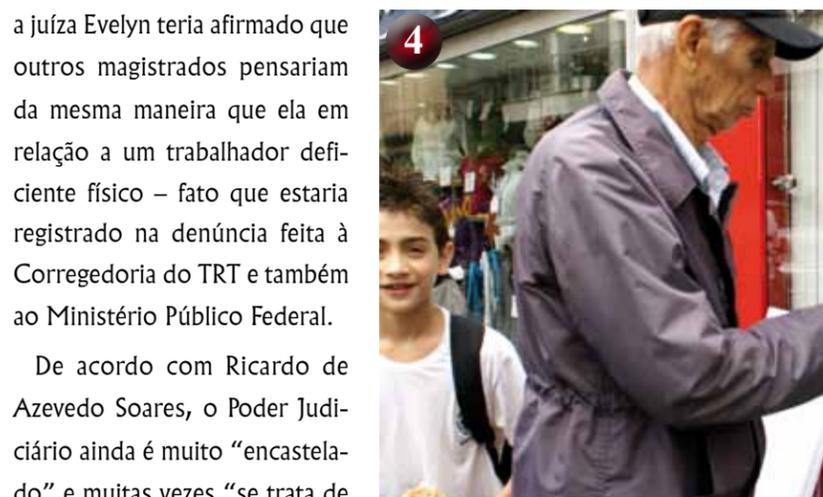
A manifestação pública do sin-

dicato foi iniciada pelo diretor-presidente Roberto Ponciano que, ao microfone, narrou a surpresa da direção do Sisejufe ao receber a notícia do ocorrido com o servidor deficiente físico: “Um juiz tem de punir quem maltrata deficiente físico em seus locais de trabalho. E aqui em Petrópolis quem maltratou foi justamente uma juíza do trabalho – chamando um cadeirante de ‘meio servidor’. Ela quis dizer: ‘Você é meio ser humano!’ Quem deveria punir os que agem assim, fez pior! Nos sentimos indignados”, disse Ponciano. De acordo com ele, que falou ao microfone para a população e para os servidores do TRT, uma juíza não pode se colocar acima da lei e achar que tem um poder absoluto a ponto de agredir moralmente qualquer pessoa.

“Estamos aqui para denunciar esse fato e afirmar que vamos acompanhar o caso e exigir a punição dessa juíza. Não podemos aceitar no Judiciário pessoas com essa mentalidade, pessoas que acham que deficientes físicos são seres humanos menores. Ela é uma ‘aprendiz de Bolsonaro’. Por isso estamos aqui, queremos punição a esse tipo de comportamento inadmissível, principalmente de um magistrado! Agindo dessa forma, a juíza Evelyn Correa se coloca como inimiga da cidadania. Lutamos

por inclusão, queremos os deficientes dentro do mercado de trabalho, queremos os deficientes dentro das escolas, queremos os deficientes disputando todos os espaços possíveis na sociedade... aí vem uma juíza e classifica um servidor concursado (que não entrou pela janela do Judiciário), que trabalha integralmente, aí ela o chama de ‘meio servidor’. É uma atitude abominável”, discursou Ponciano. Ele ponderou, contudo, que não são todos os magistrados que demonstram o tipo de comportamento discriminatório e assediador exibido pela juíza Evelyn Correa. “O ato público não é contra a magistratura, mas contra o comportamento da juíza da 2ª Vara do Trabalho de Petrópolis”, asseverou.

O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato, Ricardo de Azevedo Soares, conversou reservadamente por 30 minutos com o servidor Felipe Gonçalves, que preferiu não dar entrevistas. Várias equipes de reportagem da cidade de Petrópolis acompanharam o ato público. De acordo com Ricardo, o servidor agredido quer aguardar a conclusão do processo disciplinar instaurado contra a juíza Evelyn Correa na Corregedoria do TRT para, só após, avaliar se fará um pronunciamento. Ricardo de Azevedo Soares apurou, em conversas informais com servidores do TRT de Petrópolis, que



1) Roberto Ponciano discursa em frente ao Sindicato. 2) O diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares conta como foi o encontro com o servidor Felipe Gonçalves e não dar entrevistas. 3) O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, Ricardo de Azevedo Soares, compareceu ao ato público e repudiou o ato. 4) O coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, Ricardo de Azevedo Soares, Assessora de Núcleos do Sisejufe, Bianca de Azevedo Soares, compareceu ao TRT. 5) O dirigente político Ary Nogueira, líder do PT em Petrópolis, Francisco Barroso ficou indignado com o ato. 6) O diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, Assessora de Núcleos do Sisejufe, Bianca de Azevedo Soares, compareceu ao TRT. 7) Anderson Paixão, funcionário do Sisejufe, compareceu ao ato e explicou para a População em que o sindicato explica o

Sisejufe promove ato contra assédio moral em frente ao TRT de Petrópolis

Fotos: Henri Figueiredo



ato público e manifestou seu desconforto com a situação: “Uma magistrada tem o dever de fazer cumprir a lei, de condenar quem pratique atos discriminatórios e não praticá-los. Isso não pode continuar. Qualquer tipo de discriminação é imperdoável. A Fenajufe repudia o ato da magistrada Evelyn Correa e chamamos a toda a população de Petrópolis a nos acompanhar nesse repúdio, para que não mais aconteça”, discursou Denis Lopes.

Mesma juíza foi pivô de outras denúncias em fins de março

Na sequência da manifestação, Roberto Ponciano lembrou aos presentes que, no final de março, esteve na companhia do também diretor sindical Nilton Pinheiro na 2ª Vara do Trabalho para averiguar outra denúncia: a de que a mesma juíza estaria obrigando os servidores a cumprir jornadas de trabalho superiores às permitidas, além de serem coagidos a trabalhar aos sábados. Na ocasião, relatou Ponciano, a juíza Evelyn tentou fazer crer que os servidores lá estariam espontaneamente e não obrigados. “Ora, é claro que aquilo era coerção”, lembrou Ponciano. Naquele dia, o diretor-presidente do Sisejufe chegou a ser ameaçado de prisão pela magistrada – que se mostrou muito irritada com a presença dos sindicalistas e com os questionamentos que eles faziam sobre a ilegalidade das jornadas de trabalho estendidas.

Cidadão de Petrópolis fica indignado

Um dos moradores de Petrópolis que se detiveram no ato público foi Francisco Barroso, 44 anos, líder comunitário no bairro da Mosela. Barroso leu a Carta à População distribuída a quem passava diante do TRT e ficou indignado com as denúncias. “Fui pego de surpresa, saindo do meu almoço, ao saber dessa situação. Se algum dia eu precisar de uma juíza como essa para garantir o cumprimento de um direito meu, não vou estar seguro da Justiça sabendo como ela trata um deficiente físico. Se com um funcionário do Judiciário ela agiu assim, o que dirá comigo que sou um trabalhador comum, ganho pouco, sou líder comunitário e locutor de rádio. Acho que há algo de muito errado nisso tudo”, disse Barroso.

Também presente à manifestação, o presidente do Diretório Municipal do PT de Teresópolis, Ary Moraes, se voluntariou a distribuir a Carta à População na qual o Sisejufe explicava o motivo do ato público. Ele fez um breve discurso em nome do mandato do deputado estadual Robson Leite (PT-RJ) – que representava no ato: “Estou aqui para hipotecar nossa solidariedade aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho aqui de Petrópolis e repudiar práticas como essa denunciada aqui. Não podemos admitir que em pleno século XXI, numa sociedade classista, haja esse tipo de discriminação. É preciso dizer um basta a esse tipo de prática de assédio moral

a um trabalhador – e este ato em si é um ato de covardia. Por isso apoiamos essa luta”, disse Ary. Segundo ele, atos discriminatórios são como vírus que, se não forem combatidos rapidamente, se disseminam pela sociedade. Na análise do dirigente político, o ato público só foi possível em função da conexão entre a coragem do servidor Felipe Gonçalves (que formulou a denúncia contra a magistrada na Corregedoria do TRT e no Ministério Público) e a rápida ação sindical na defesa dos servidores e no combate às arbitrariedades nos locais de trabalho. “O papel fundamental de um sindicato de luta, como o Sisejufe, aqui em Petrópolis, e também na Vara Federal de Teresópolis, que é a minha cidade, é assumir a luta contra o assédio moral. E há também essa chaga social que é a discriminação e que deve ser combatida”, completou Ary Moraes.

Ao final da manifestação de terça-feira, 17 de maio, em Petrópolis, o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares contou ao público que o servidor Felipe Gonçalves foi transferido para outro local de trabalho, dentro do mesmo Foro, depois do episódio. “Ele está tranquilo e esperando o andamento do processo – não havia mais nenhuma condição dele continuar a atuar na 2ª Vara do Trabalho depois do que houve”, explicou Ricardo.

*Da Redação.



sindicato. Vamos estar sempre defendendo a categoria e lutando para que práticas como essa acabem. O Sisejufe tem dois diretores sindicais deficientes visuais e não vamos permitir que isso continue”. Para Ricardo, não só no Judiciário ou no serviço público, mas em qualquer local de trabalho onde atue um deficiente existem, sim, pensamentos e opiniões que desqualifiquem esse trabalhador – a diferença é que muitas vezes isso não é externado, verbalizado.

Fenajufe repudia atitude de juíza

O coordenador executivo da Fenajufe Denis Lopes, que é oficial de justiça do TRT no Rio de Janeiro, esteve presente ao



ato no TRT de Petrópolis, enquanto o coordenador executivo da Fenajufe, Ricardo de Azevedo Soares, defendeu o servidor Felipe Gonçalves, que preferiu não comparecer ao ato. O coordenador executivo da Fenajufe Denis Lopes criticou as atitudes da juíza Evelyn Correa. **4)** Ary Moraes distribuiu manifesto em frente ao TRT. **5)** Ary Moraes representou o mandato parlamentar e distribuiu a panfletar. **6)** Cidadão de Petrópolis, ao saber dos episódios de assédio moral, distribuiu Carta Aberta à população explicando os motivos do protesto de 17 de maio.



Seminário de Gestão de Pessoas no Serviço Público coloca em xeque modelo privado de administrar

Gestão Pública

Tatiana Lima*

O Sisejufe, a CUT-Rio e o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef) promoveram durante o mês de maio o Ciclo de Debates Relações de Trabalho no Serviço Público Federal. Durante o ciclo ocorreu o “Seminário Gestão de Pessoas no Serviço Público”, com o objetivo de discutir o tema a partir da ótica dos trabalhadores. Planejado pelo assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, o seminário reuniu especialistas da área e diretores sindicais para mostrar aos servidores públicos que a gestão federal pode ter aspecto diferenciado do atual modelo.

Para Vera Miranda, que é engenheira especialista em Gestão Pública, o seminário como parte do ciclo de debates foi extremamente importante, servindo para capacitar a categoria para as suas lutas diárias. “É fundamental demonstrar que a discussão da gestão pública não é algo distante do servidor. Ao contrário, a gestão estrutura a vida funcional do trabalhador do setor público e os efeitos que ela vai produzir na realização de direitos para o cidadão”, avaliou Vera. E conclui: “Compreender a gestão pública e disputar um modelo democratizante e socialmente referenciado é o caminho para a garantia da realização e manutenção de direitos tanto do servidor público quanto do conjunto cidadania”.

O seminário de Gestão de Pessoas no Serviço Público foi constituído de três módulos, que trataram da evolução da relação de trabalho no setor

“A gestão estrutura a vida funcional do trabalhador do setor público”, avalia Vera Miranda

público, além de um que abordou o setor privado. “Este seminário é muito importante, pois a visão que se tem hoje de gestão é patronal – em que objetivamente se prega a gestão como resultado. Por isso, a necessidade do embate e de se evidenciar aos servidores que é possível que eles se apoderem dessa ferramenta (a gestão), mas sob a visão da classe dos trabalhadores. Um olhar que compreende as pessoas não como máquinas e se preocupa com o lado humano. Esse entendimento é essencial para que se combata as políticas de gestão que pregam ações de desempenho, gestão por competência para o serviço público”, destaca Roberto Ponciano, o diretor do Sisejufe e secretário de Formação da CUT.

Desvio de função é o grande problema

Durante o debate realizado em 12 de maio, no auditório do Sintrasef, Vera Miranda foi enfática ao classificar o desvio de função como o grande problema da atualidade no setor público, como também a terceirização e a precarização da mão de obra. Para ela, o antigo modelo dos concursos internos funcionava como ascensão profissional e o que se vê hoje é o chamado “funcionário bombril”, que tem mil e uma utilidades.

Vera Miranda explicou que o desvio de função acarreta em lucro gerado pela exploração do trabalho, nos moldes do setor privado, mas em geral, é menos perceptível. “Funcionário bombril é diferente do funcionário criativo, pois o primeiro recebe um acúmulo de tarefas, somada pela otimização da mão de obra



Fotos: Nando Neves/Sintrasef

“Compreender a gestão pública e disputar um modelo democratizante e socialmente referenciado é o caminho para a garantia da realização e manutenção de direitos tanto do servidor público quanto do conjunto cidadania”

e a sobrecarga não permite que ele contribua na sua função inicial, de forma criativa”, disse a palestrante.

Na análise de Vera, é mais fácil para o governo remanejar o trabalhador do que pensar em uma gestão mais complexa, que contemple a categoria em seus direitos e valorize seu servidor. “Para isso, precisaria investimento”, completou.

Avaliação de desempenho remete à escravidão

Em 18 de maio, o secretário geral da Condsef e diretor do Sintrasef, Josemilton Costa, abordou um tema polêmico: a avaliação de desempenho. Costa classificou que o modelo apresentado pelo governo federal promove o crescimento da instituição e não dos funcionários, que cada vez mais se sobrecarregam de trabalho.

Ponciano: “A visão que se tem hoje de gestão é patronal – em que objetivamente se prega a gestão como resultado. Por isso, a necessidade de evidenciar aos servidores que é possível se apoderar da ferramenta (a gestão), mas sob a visão da classe dos trabalhadores”



Josemilton: “Não é aleatoriamente que a gratificação de desempenho é menor que o vencimento básico, ou seja, mudou a ótica da remuneração. O governo impõe sua vontade e os servidores ficam reféns de assédio moral”

“Não é aleatoriamente que a gratificação de desempenho é menor que o vencimento básico, ou seja, mudou a ótica da remuneração. O governo impõe sua vontade e os servidores ficam reféns de assédio moral”, disse o dirigente.

O diretor do Sintrasef e da Condsef pontuou que as gratificações incorporadas ao vencimento básico são uma forma de pressionar o servidor para que haja crescimento do órgão, ao mesmo tempo em que se produz mais, se economiza até mesmo com o material do dia a dia.

Para amparar a avaliação de

desempenho do setor público, a iniciativa privada tem sido fonte de inspiração. Josemilton Costa apontou que os critérios de relacionamento, boa comunicação, criatividade e entre outros, são formas de “escravizar” a mão de obra, de uma forma mascarada que é nomeada como estímulo. “A somatória dessas cobranças são funcionários que cumprem tarefas além (desvio de função), que não recebem hora extra e ainda não têm direito de questionamento nesse universo competitivo”, afirma.

*Da Redação.



Passeata com música e dança afro marcam ato da CUT-Rio

Questão Racial No mês que marca os 123 anos da Lei Áurea, CUT lembra diáspora africana em manifestação

Fotos: Nando Neves/CUT-Rio

O Núcleo Gênero e Raça do Sisejufe participou da 2ª Caminhada em Comemoração ao Treze de Maio, organizada pela Secretaria de Igualdade Racial da CUT-Rio e pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), entidade tradicional ligada à causa dos negros, com o apoio do Sisejufe, representado pelas diretoras Cristina Paiva e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, que participaram do evento.

A CUT-Rio chama a atenção da sociedade para a luta dos negros e negras brasileiras que, desde a chegada dos primeiros trabalhadores e trabalhadoras da África, são atores fundamentais no desenvolvimento do Brasil.

A concentração foi na Rua Barão de Teffé, em frente ao Cais do Valongo – importante referência da maior diáspora escrava

vagista da História, imposta aos povos africanos. O local vai se tornar o Memorial Abdias Nascimento. A passeata seguiu até o Instituto dos Pretos Novos, onde foi servida uma feijoada para manifestantes e populares. Aliando conteúdo político, batuque e dança, a passeata da CUT politizou, emocionou e divertiu. Tanto que mesmo com o tempo chuvoso dezenas de militantes e dirigentes da Central e das entidades filiadas compareceram ao evento.

Escavações revelam sítio arqueológico

As recentes escavações feitas na região para as obras do Porto Maravilha, como é chamado o projeto de revitalização do Porto do Rio de Janeiro, propiciaram a descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo, fato



que injetou ânimo nos militantes do movimento negro. De acordo com o historiador Carlos Eugênio Líbano, que há dez anos pesquisa a chamada “Pequena África” – área do centro do Rio hoje conhecida como Zona Portuária – o Valongo é fundamental para o resgate da História do povo negro no Brasil.

A pedra fundamental do Memorial da Diáspora Africana foi lançada em 21 de março, com

um ato simbólico promovido por dezenas de organizações governamentais e não governamentais no sítio arqueológico. Desde então, sucessivas reuniões foram feitas, com a participação da Fundação Palmares, para debater a construção do memorial, dentro das obras do Porto Maravilha.

Da Redação – com informações da CUT-Rio.

O Sisejufe esteve representado pelas diretoras sindicais Cristina Paiva e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, que seguram a faixa na foto acima



Abdias Nascimento, grande ativista do Movimento Negro, morreu em 24 de maio

O Sisejufe participou, em 10 de maio, do lançamento do prêmio que leva o nome do ex-senador

Com a participação da ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, e de representantes de várias entidades populares, em 10 de maio, foi lançado o Prêmio Nacional Jornalista Abdias do Nascimento. A iniciativa foi da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-Rio).

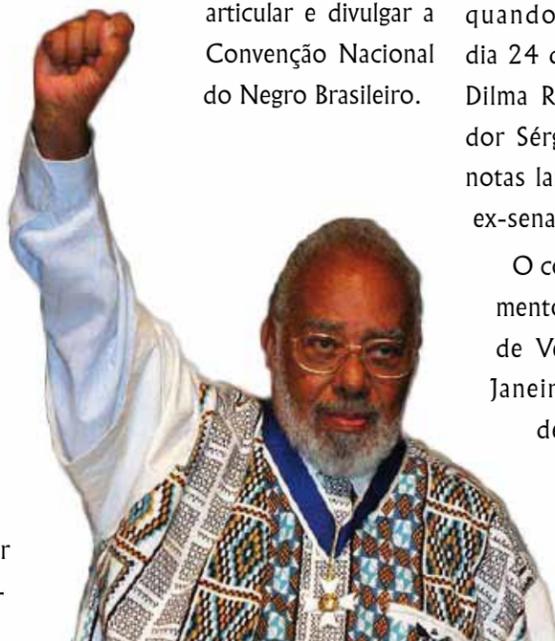
O jornalista Carlos Alberto Caó de Oliveira dos Santos, ex-presidente daquele sindicato e autor da Lei Caó que pune o racismo como crime, fez a entrega da placa a Elisa Larkin Nasci-

mento e ao engenheiro Henrique Cristóvão Garcia Nascimento, mulher e filho de Abdias.

Durante o lançamento do Prêmio, foi exibido um documentário de cinco minutos sobre a trajetória política de Abdias, que passou 13 anos de autoexílio nos Estados Unidos, por não poder suportar o autoritarismo da ditadura no Brasil, para onde voltou com a Lei da Anistia e elegeu-se deputado federal e senador.

Professor emérito da Universidade de Nova York, professor conferencista da Universidade de Yale e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro,

Abdias participou em 1931 da Frente Negra Brasileira e fundou em 1944 o Teatro Experimental do Negro, formando uma geração de atores e atrizes negros. Fundou em 1948 o jornal Quilombo, periódico que era utilizado para articular e divulgar a Convenção Nacional do Negro Brasileiro.



Aos 97 anos, Abdias morreu de insuficiência respiratória

Abdias Nascimento, de 97 anos, é um dos principais ícones da luta contra o racismo. Ele estava internado na UTI do Hospital dos Servidores no Centro do Rio de Janeiro quando morreu no último dia 24 de maio. A presidenta Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral divulgaram notas lamentando a morte do ex-senador.

O corpo de Abdias Nascimento foi velado na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e, depois, em 27 de maio, cremado no Crematório da Santa Casa de Misericórdia do Cemitério do Caju, no Centro, em

cerimônia restrita a amigos e familiares. Era desejo do ativista que suas cinzas fossem levadas para a Serra da Barriga, em Alagoas, local do maior centro de resistência negra do Brasil: o Quilombo dos Palmares. O Prêmio Nacional Jornalista Abdias do Nascimento surge em 2011, ano em que foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional dos Afrodescendentes. O intuito é estimular anualmente a cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados à população negra.

*Da Redação, com informações do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro.

“Estavam lá, a loucura e a lucidez”

Prata da casa

Max Leone*

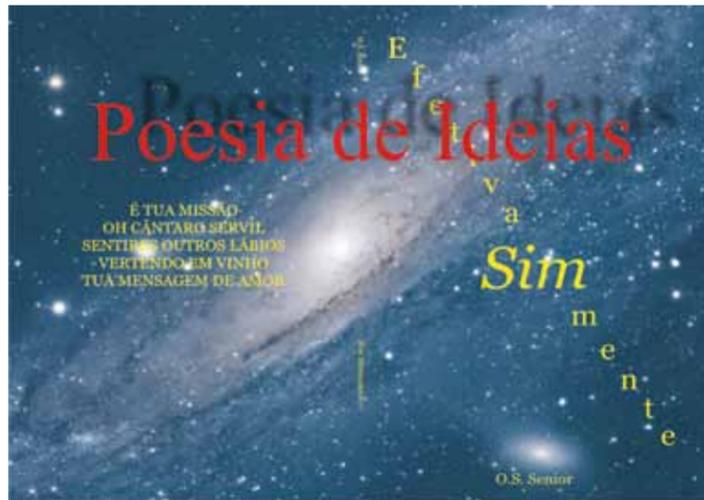
Um jovem recém-chegado do Nordeste, mas precisamente da Bahia, ao pôr os pés nas ruas de terra batida da também jovem cidade de Brasília, em 1965, percebeu que um mundo novo estava a sua frente para ser explorado. E essa descoberta mudaria a vida, o modo de pensar e a trajetória do hoje técnico judiciário Denison Ramos, de 68 anos, ao entrar para o Curso de Letras Clássicas da Universidade Nacional de Brasília (UnB). Lá, na universidade, lembra, foi onde nasceu a vocação para escrever poesias, contos e pensamentos reunidos em duas publicações recentes. “Brasília era um mundo novo. Foi o meu despertar para a literatura e a poesia. Estavam lá, a loucura e a lucidez”, recorda.

Bacharel em Direito, nascido em Ilhéus, sua peregrinação começou cedo quando partiu do interior do estado para Salvador. Sempre com o espírito em busca do novo, ele só foi encontrar novidades na capital federal. “Ao dar baixa do Exército queria conhecer outras cidades. Trabalhei em alguns lugares e resolvi sair de lá (Bahia). Saí de Salvador com

a cara e a coragem em busca de oportunidade de estudar”, conta o servidor, atualmente lotado no Serviço de Tecnologia da Informação (STI) da Justiça Federal no Rio.

Amante da mitologia greco-romana, tema que se reflete em suas composições, ele conseguiu espaço no alojamento da UnB por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade. Vivenciou experiências que marcaram sua vida. Influenciado por autores

Inspirado na mitologia greco-romana e Brasília, - “a cidade céu – onde tudo começou”, servidor lança dois livros de poesias, contos e pensamentos

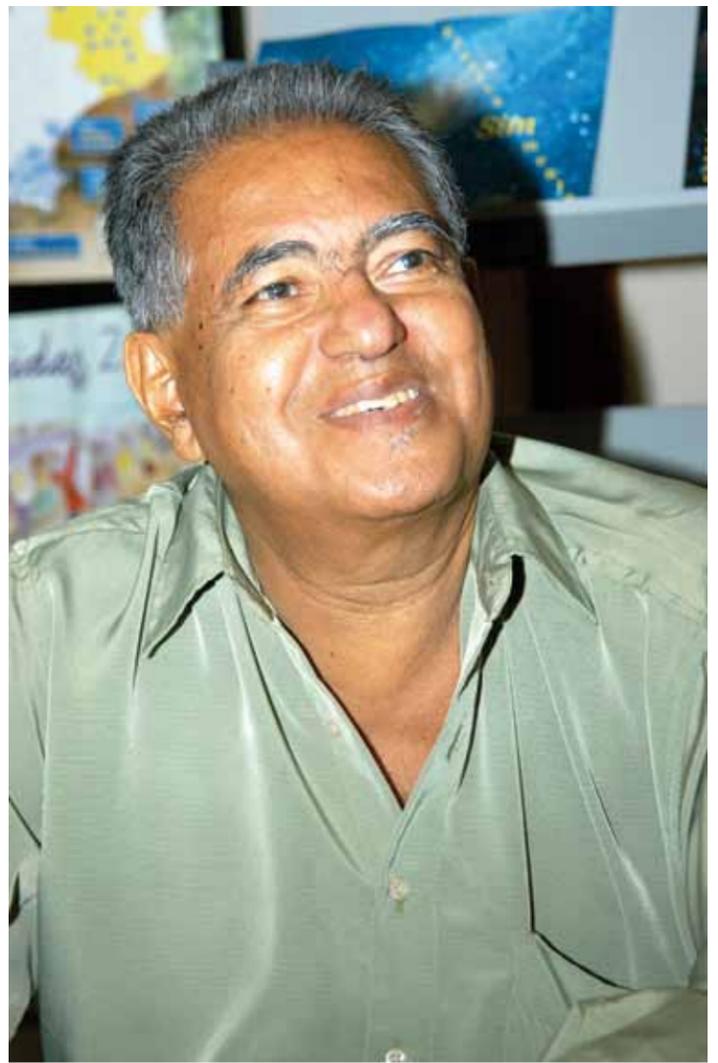


como Homero e Fernando Pessoa, Denison Ramos foi acumulando material ao longo dos anos, entre poesias, contos, pensamentos e dissertações, até editar dois livros.

O primeiro (“Sim Efetivamente”) saiu em janeiro de 2009 pela Fábrica do Livro em parceria com o Senai-RJ e o segundo (Cosmogonia – Uma

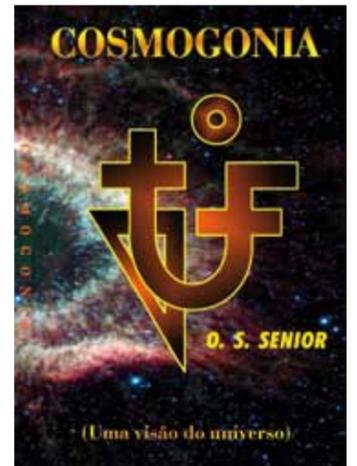
Visão do Universo) foi publicado pela VirtualBooks e lançado em abril de 2011, no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). Segundo a apresentação do segundo livro, “já estava pronto e acabado desde a década de 60 do século passado, tendo sido escrito em Brasília - a cidade céu – onde tudo começou!”.

O próximo livro do autor,



“(...) Saudade esperança de encontrar tornar o passado presente ausente futuro da memória recordação (...)”

trecho de *Cosmogonia – Uma visão do universo*



que assina seus trabalhos com o alter ego O.S. Senior, já está em andamento. Não dá detalhes de como será composto. Mas, o servidor vem recolhendo mais material para produzi-lo. O que pode atrasar um pouco a publicação é a falta de recursos financeiros para finalizar o projeto. Mesmo assim, não desanima.

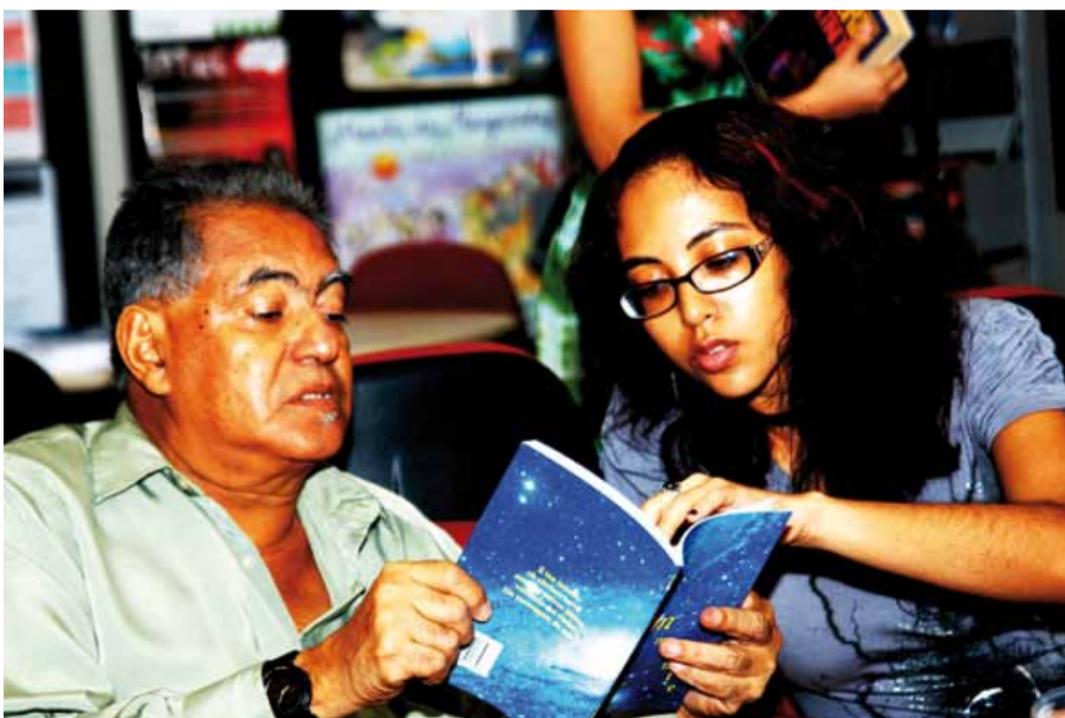
O apoio familiar, da mulher Sindonia Maria e das filhas Sors Odbile, de 22 anos, e Alétheie Sophia, de 19, que receberam grande influência do pai, o faz ser perseverante e não desistir.

“As meninas também gostam de literatura. A mais velha estuda Latim. A mais nova faz Alemão, música e estuda

harpa”, conta o pai orgulhoso, ressaltando que os interessados em conhecer a sua obra podem comprar os livros, encomendando pelo e-mail denisonra@oglobo.com. Cada exemplar sai por R\$ 15.

Denison Ramos é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

*Da Redação.



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br